



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

Governo do Estado de Pernambuco

Secretaria Estadual de Cultura

No dia 19 de maio de 2025, às 14h30min, no formato híbrida, teve início à Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural – CEPC/PE. Presentes à reunião os seguintes Conselheiros(as) Titulares: **Bárbara Pereira Collier; Nivaldo Jorge Machado; Fernando Pereira; Marcelo Alexandre Balbino dos Santos; Carlos Eduardo Sales de Melo; Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa; Fábio Alexandre Melo Ferreira da Silva; Severino Carlos Amorim; Rafael Farias Almeida; Wagner Staden de Vasconcelos Egito; Cleonice Maria dos Santos; Gilmar Correia da Silva; Adailton José da Silva; Roberto Gercino; Wllyssys Wolfgang Reis Dias Araújo; Felipe Moura; Josenildo Sinésio; Rennan Mendes dos Santos.** Conselheiras (os) Suplentes: **Natália Oikawa; Renan Cabral da Silva.** PAUTA: 1. PNAB; 2. Encaminhamentos da Reunião Descentralizada; 3. Alteração da Lei do Conselho; 4. Eleições do CEPC e Comissões Setoriais. **Rafael Farias** deu boas-vindas a todos os presentes, tanto aos que estavam de forma presencial quanto aos que acompanhavam virtualmente, destacando que o link para participação remota já poderia ser liberado. Informou que a reunião ocorreu no dia 19 de maio, segunda-feira, e que se tratava de um momento importante para o Conselho Estadual de Política Cultural de Pernambuco. Ressaltou que, apesar de os informes estarem previstos para o final da reunião, a prioridade naquele momento seria a pauta sobre a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), considerada uma das mais estruturantes e eficazes do estado. Informou que a Secretaria de Cultura havia sido convidada a apresentar um apanhado sobre o que foi realizado em 2024, conforme solicitado por ele, e que o Conselho também discutiria ações e estratégias para o ano de 2025. Rafael destacou a importância de construir uma linha do tempo do que foi feito, avaliando o que funcionou e o que não funcionou, com o objetivo de avançar nas ações futuras. Comentou que, embora tenha acompanhado os trabalhos da comissão de editais à distância por motivos de saúde, soube que há documentos prontos e propostas a serem apresentadas. Por fim, convidou a secretária executiva do Governo, Yasmim Neves, para compor a mesa e deu a ela as boas-vindas, passando-lhe a palavra conforme prometido. **Yasmim Neves** cumprimentou a todos e afirmou ter pensado no encaminhamento da reunião com base em um retrato da situação da PNAB 2024. Explicou que, em diálogo com a equipe, considerou importante ouvir o conselho para avaliar os pontos positivos e negativos da execução atual, bem como para pensar, conjuntamente, propostas para a PNAB 2025. Ressaltou que o foco de 2024 foi o fomento,



especialmente por meio de premiações, reconhecendo a PNAB como uma política estruturante. Informou que os pagamentos dos lotes de suplentes de premiações e bolsas estavam em andamento, oriundos de remanejamentos e sobras de editais, com 120 suplentes já pagos e 18 pendentes por problemas cadastrais. Mencionou também o lançamento de um novo lote de rendimentos voltado para os editais de Técnicos (TECs), com resultado previsto para o dia 21/05. Apresentou dados da execução da PNAB 2024: foram 388 proponentes no edital de premiação, cerca de 6 mil para fomento, 1.100 para bolsas, 124 para pontos de cultura e 2.228 para pontões. A linguagem com maior acesso foi a cultura popular, seguida por música e audiovisual. A região metropolitana concentrou o maior número de inscrições (5.610), seguida pelo Sertão (quase 2 mil) e pela Zona da Mata (1.200). Quanto às cotas afirmativas, destacou que 3.296 pessoas indicaram o desejo de concorrer por cotas; dessas, 340 se autodeclararam indígenas, 189 PCDs, e a maioria se declarou negra. Informou que 979 agentes culturais foram contemplados, sendo 444 na região metropolitana, 480 no Agreste e 525 no Sertão. Recife foi o município que mais acessou os recursos, seguido por Olinda, Arcoverde, Caruaru e outros. Em relação ao recorte racial, relatou que 1.167 prêmios foram destinados a pessoas pretas, 729 a pessoas pardas, 353 a brancas e 149 a indígenas. As cotas foram ocupadas por 96 PCDs, 174 indígenas e 503 pessoas negras, enquanto 1.555 foram contempladas pela ampla concorrência. Explicou que os dados foram gerados pelo Observatório de Indicadores Culturais e destacou a importância do preenchimento completo dos formulários para melhor análise e formulação de políticas públicas. Sobre a comparação com a LPG, disse que houve ajustes nos editais da PNAB, com organização por faixas e categorias, garantindo um único instrumento legal com diversidade de formatos. Informou que a PNAB ainda está em execução, com previsão de um novo lote de pagamentos para os suplentes que foram desclassificados por falta de documentação ou por heteroidentificação. Passando à PNAB 2025, informou que Pernambuco aderiu ao segundo ciclo da política e que o Estado está mobilizando os municípios para completar a adesão até o prazo final de 27/05. Até o momento, 178 municípios aderiram, e apenas sete ainda estavam pendentes: São Lourenço da Mata, Santa Cruz da Baixa Verde, Maraial, Rio Formoso, Goiana, Salgadinho e Pesqueira. Solicitou apoio dos conselheiros para cobrar a adesão de seus respectivos municípios. Explicou as novas etapas do ciclo da PNAB no Ministério da Cultura, como o envio do Plano de Ação (PAR), redistribuição de recursos, apresentação de contrapartida de recursos próprios e demais trâmites. Encerrou destacando que Pernambuco contará com cerca de R\$ 33 a 34 milhões para o próximo ciclo da PNAB, após descontos, como os 30% destinados aos CEUs da Cultura. Ressaltou que o momento atual é de escuta e construção coletiva com o conselho, e reforçou a importância da participação social para o fortalecimento das políticas públicas culturais. **Rafael Farias** questionou sobre a previsão de lançamento dos editais. Explicou que a pergunta era frequente e ressaltou a importância de se começar a trabalhar nesse sentido, tanto pela Secretaria quanto pelos agentes culturais, desde iniciativas como o Cultura Viva até os editais de fomento. Afirmou que, mesmo que o recurso só seja liberado posteriormente, é necessário um calendário prévio para nortear os trabalhos, e perguntou se já havia alguma data definida. **Willyssys Wolfgang** cumprimentou a todos e direcionou sua pergunta à Yasmim. Informou que os conselheiros da sociedade civil



haviam recebido, no grupo, prints com dados de pagamentos relacionados à PNAB 2024 – Ciclo 1, extraídos da nova plataforma federal, que traz maior transparência sobre os recursos. Disse que, ao verificar os extratos da PNAB estadual, surgiram dúvidas sobre alguns pagamentos, como à empresa Kairós Comércio de Cosméticos Ltda., no valor de R\$ 13.000, além de pagamentos a motorista, à empresa RM Terceirização e Gestão de Recursos Humanos, e um repasse de R\$ 90.000 a uma empresa localizada em Pernambuco. Solicitou esclarecimentos à Yasmim sobre do que se tratavam esses pagamentos. **Nivaldo Jorge** dirigiu sua pergunta à Yasmim, questionando se o município de Itamaracá estava incluído entre os 15 CEUs mencionados anteriormente. Relatou que, desde 2012, quando o projeto ainda era denominado Praça de Educação e Cultura, a obra local havia sido iniciada, mas ficou paralisada. Informou que, à época, o projeto era orçado em R\$ 3,5 milhões e que apenas R\$ 800.000 haviam sido investidos. Por fim, pediu confirmação se Itamaracá estava contemplada na nova etapa dos CEUs. **Yasmim Neves** respondeu aos questionamentos, iniciando sua fala ao informar que a previsão para o lançamento dos editais seria no mês de agosto, embora ainda sem uma data definida. Explicou que a Secretaria estava em processo de organização interna e que, quando a data se aproximasse, avisaria ao grupo. Acrescentou que seria seguido o mesmo procedimento do ano anterior, com lançamento público e apresentação dos recortes. Em resposta ao questionamento de Wllyssys Wolfgang, afirmou que não seria possível detalhar todos os pagamentos citados, mas esclareceu que a empresa RM foi contratada para ampliar a equipe de análise documental, dentro do processo de operacionalização. Sobre outro pagamento mencionado, disse que possivelmente estava vinculado à execução do projeto no Cais do Sertão, explicando que os repasses eram feitos por etapas. Informou que haveria pagamentos referentes à nacionalização, premiações e pagamento de técnicos, e que, se houvesse dúvidas específicas, estas poderiam ser verificadas. Ressaltou que tudo o que não fosse premiação, bolsa ou pontos/pontões se referia à operacionalização dos 5% permitidos. Em resposta a Nivaldo Jorge, confirmou que Itamaracá estava incluída entre os municípios contemplados com os CEUs da Cultura. Informou que já havia encaminhado a lista para Amanda e Rafael, mas mencionou verbalmente os municípios para ciência de todos: Serra Talhada, Petrolândia, Floresta, Ipojuca, Buíque, São Lourenço da Mata, Custódia, Olinda, Arcos, Itapissuma, Itamaracá, Camaragibe, Petrolina, Jaboatão dos Guararapes e Paudalho. Esclareceu ainda que, no caso de Itamaracá, o processo estava na etapa de estudos geotécnicos, em parceria com a Cehab, para verificar as condições do terreno. **Wagner Egito** sugeriu que a discussão sobre a PNAB 2025 ocorra com escuta prévia, compilação das contribuições e debate público antes do fechamento do PAR. Questionou a aplicação dos 7% dos recursos da PNAB pelo Estado, defendendo que sejam utilizados para a criação ou melhoria de equipamentos culturais em regiões carentes, e não em estruturas já existentes. Solicitou esclarecimentos sobre a possibilidade de repetição de premiados em editais, sugerindo maior diversidade nas premiações. Por fim, criticou o horário limite das inscrições nos editais, atualmente às 17h, propondo que seja estendido até as 23h59, a fim de não prejudicar os trabalhadores da cultura que só conseguem finalizar suas propostas no período noturno. **Yasmim Neves** respondeu aos questionamentos de Wagner Egito, informando que a PNAB estabelece percentuais mínimos e máximos para cada tipo de ação. Exemplificou que a



operacionalização corresponde a até 5% do valor recebido, e que o Cultura Viva deve receber entre 10% e 12%. Explicou que, no ano anterior, houve uma tentativa de ampliar o fomento e reduzir o Cultura Viva, mas a plataforma exigia percentuais mínimos, o que obrigou ajustes. Afirmou que solicitou os dados atualizados de 2024 para informar ao Conselho. Informou também que foi realizado um mapeamento de equipamentos culturais que necessitam de melhorias em todo o estado, incluindo estruturas de som e infraestrutura, com o objetivo de atender não só à Região Metropolitana, mas ao estado como um todo. Destacou que a intenção é garantir que equipamentos como a Casa dos Conselhos possam ser utilizados pela sociedade civil para ensaios, apresentações e reuniões. Reconheceu que, no ano anterior, os dois equipamentos contemplados estavam localizados na Região Metropolitana e reforçou que havia solicitado ao conselho, desde então, que apontasse quais territórios deveriam ser priorizados no futuro. Sobre a repetição de premiados, explicou que legalmente não é possível impedir alguém de participar novamente, mas é viável, nos editais de prêmio, adotar critérios de pontuação diferenciada, como foi feito no edital de fotografia, no qual quem já havia sido contemplado anteriormente não podia se inscrever. Sugeriu ainda que o conselho possa discutir a substituição de editais de premiação por programas mais estruturados, visando garantir maior equidade e continuidade nas políticas culturais. Quanto ao horário de encerramento das inscrições nos editais (16h59 no último dia), esclareceu que a decisão se dá por segurança técnica, uma vez que o banco de dados está hospedado na ATI, que funciona apenas até as 17h. Afirmou que, nesse horário, é possível acionar o suporte técnico caso ocorra alguma falha. Destacou que, embora a equipe da Secult já tenha permanecido até mais tarde em outras ocasiões, não há como garantir suporte técnico externo após esse horário. Reconheceu a crítica quanto ao horário e afirmou estar dialogando para possíveis melhorias, mas pontuou também a cultura de deixar as inscrições para o último momento, o que sobrecarrega o sistema. **Willyssys Wolfgang** dirigiu sua fala à secretária Yasmim Neves, afirmando que replicava questionamentos vindos do Sertão, região que, segundo ele, está bastante articulada e o cobra frequentemente. Manifestou insatisfação com a gestão da PNAB no que diz respeito à destinação dos recursos, destacando que 100% dos valores teriam sido aplicados na capital, Recife, o que causou frustração na população do interior. Willyssys questionou especificamente a destinação de recursos ao Museu Cais do Sertão. Relatou que, em dezembro de 2023, a EMPETUR já havia destinado cerca de R\$ 5 milhões para a requalificação do museu e que, posteriormente, em 2024, a Secult destinou mais R\$ 5,1 milhões. Solicitou esclarecimentos sobre se esses valores seriam distintos ou se se tratava de uma duplicidade de aportes, somando R\$ 10 milhões. Expressou preocupação com a fala da secretária sobre reformas em equipamentos no interior, alegando que, em Petrolina, por exemplo, não há equipamento cultural da Secult. **Yasmim Neves** respondeu a Willyssys Wolfgang, informando que não poderia confirmar os dados referentes ao aporte feito pela EMPETUR em dezembro de 2023, pois tais repasses não passam pela Secretaria de Cultura. Afirmou, contudo, que a Secult destinou R\$ 5,1 milhões ao Museu Cais do Sertão com recursos da PNAB 2024, mas esclareceu que esse valor está sendo executado por etapas, e não integralmente de uma só vez. Destacou, ainda, que o Museu Cais do Sertão é administrado diretamente pela EMPETUR e que a Secult não opera os



recursos diretamente por meio do seu caixa. Por fim, comprometeu-se a buscar maiores informações sobre o aporte anterior citado por Wllyssys, reforçando que os R\$ 5 milhões mencionados em dezembro de 2023 não partiram da Secult. **Carlos Amorim** manifestou satisfação com as contribuições dos presentes e sugeriu que as comissões também encaminhem propostas para a PNAB, considerando a previsão de execução para agosto. Reforçou a necessidade de ampliar o horário de encerramento das inscrições na plataforma digital, argumentando que artistas e produtores culturais, devido às suas rotinas, geralmente só conseguem submeter projetos à noite. Defendeu que o prazo seja estendido até 23h59, como ocorre em outras plataformas nacionais. Carlos também registrou sua insatisfação com a situação dos CEUs, lamentando que os recursos destinados a esses equipamentos não cheguem de forma efetiva aos artistas. Criticou o modelo federal, dizendo que beneficia empreiteiras em detrimento dos fazedores de cultura, e comparou a situação ao fracasso do BRT. Afirmou que os recursos culturais são mal distribuídos e desvalorizados, ao contrário de áreas como saúde e educação.

Rafael Farias solicitou que o conselheiro Wllyssys Wolfgang realizasse a leitura do documento compilado que seria apresentado. Destacou que o material representava apenas um ponto de partida para a discussão sobre a PNAB e ressaltou que o documento ainda seria compartilhado com o grupo, pois não havia sido submetido previamente aos membros. Afirmou que acompanharia a leitura junto aos demais conselheiros, visto que também ainda não havia tido acesso ao conteúdo. Informou que possui sugestões a serem apresentadas posteriormente e reforçou que, após a leitura, o documento seria encaminhado ao grupo dos 80 conselheiros para apreciação. **Wllyssys Wolfgang** iniciou sua apresentação destacando que o documento exposto foi elaborado pela Comissão de Política Sociocultural e Monitoramento de Editais do CEPC, com base em escutas realizadas desde 28 de abril com representantes de diversas linguagens. Informou que o documento também foi publicado no grupo de conselheiros da sociedade civil, envolvendo cerca de 30 membros. Ressaltou que a proposta está fundamentada no decreto de março que atribui ao Conselho de Cultura a responsabilidade pela elaboração do plano de aplicação de recursos. Apontou que o documento traz sugestões de melhorias para os editais de 2025, algumas delas já iniciadas no Ciclo 1 de 2024. Reivindicou que a Secult garanta, nos textos dos editais, clareza nos critérios, resultados objetivos, lista de contemplados separada por nome, cota, valor e linguagem, para facilitar a leitura e compreensão, inclusive sobre notas de corte. Criticou o uso da palavra “aproximadamente” nos editais, exemplificando o caso da gastronomia, em que 12 vagas estavam previstas e apenas 6 foram contempladas. Solicitou o respeito às vagas previstas e defendeu a socialização dos pareceres para reduzir disparidades de notas, prática já adotada em outros estados. Defendeu que o edital explice a seleção e o cronograma de suplentes, que devem estar presentes em todos os editais. Requeru também mecanismos mais eficazes para apuração de denúncias de fraudes (endereço, cotas, currículo), com devolutiva ao denunciante, e propôs a inclusão de foto dos proponentes como forma de verificação e combate a fraudes, como já ocorre na Bahia. Propôs a regionalização transparente dos editais, com a definição clara dos percentuais e vagas por região, ressaltando a necessidade de garantir ao menos 30% dos recursos ao Sertão, que representa 70% do território estadual. Defendeu que a distribuição de recursos seja feita



por região e não por projeto, garantindo equilíbrio territorial. Reivindicou que a trajetória dos proponentes seja considerada na avaliação para evitar “aventureiros”. Sugeriu o remanejamento entre regiões do interior (como ocorreu na PNAB 1), priorizando fomento em vez de premiação, e pediu que os pontos de cultura não sejam novamente excluídos. Criticou os percentuais desproporcionais aplicados aos indutores e defendeu o modelo de pontuação extra (até 5 pontos), equilibrando a disputa diante da ampla concorrência. Pediu a criação de um mecanismo de chamada suplementar, caso proponentes bonificados ultrapassem demais concorrentes, resguardando 10% das vagas para não bonificados. Sugeriu bonificação de até 3 pontos a proponentes com mais de 15 anos de atuação cultural e àquela cuja renda principal seja oriunda da cultura, conforme auto declaração padronizada, respeitando o teto de 5 pontos. Defendeu ampla publicidade de alterações via errata, manutenção da ordem cronológica de publicações no Mapa Cultural e a não repetição de exigência de documentos já enviados. Pediu que não haja acúmulo de bolsas, para ampliar o alcance da política. Reforçou a necessidade de atendimento eficiente para o interior e de contato direto da Secult com proponentes para corrigir dados bancários com erro na etapa final, evitando desclassificações por falhas simples. Propôs capacitações presenciais e online após a homologação, e a manutenção do edital de aquisição de equipamentos para modernização dos coletivos. Solicitou que o manual de execução seja padronizado, didático e amplamente distribuído, e que a deliberação sobre recursos de infraestrutura passe por aprovação do Conselho, com ato publicado oficialmente. Criticou a concentração de R\$ 5,1 milhões no Cais do Sertão no Ciclo 1 de 2024, enquanto cidades do interior, como Petrolina, continuam sem equipamentos culturais estaduais. Por fim, pediu que os recursos não aplicados ou remanescentes sejam destinados automaticamente à convocação de suplentes, respeitando a pontuação e a regionalização, e defendeu a inclusão de pessoas neurodivergentes nos mesmos critérios de acesso às cotas. **Yasmim Neves** agradeceu ao conselho pela elaboração do documento e afirmou que alguns dos pontos apresentados já são atendidos pela secretaria, enquanto outros ainda não são possíveis de implementar por questões operacionais. Comprometeu-se a receber o documento formalmente, analisá-lo com a equipe e dar retorno sobre os itens que não puderem ser atendidos no momento, destacando que melhorias já estão em andamento. Exemplificou com a questão da autodeclaração racial, que já está prevista para ser ajustada no sistema, permitindo envio de foto no campo de políticas afirmativas. Informou que algumas orientações e súmulas já estão disponíveis na plataforma do Mapa Cultural e que não há necessidade de envio por e-mail. Ressaltou que os projetos passarão a ser avaliados por apenas um parecerista, a fim de evitar problemas enfrentados anteriormente com a avaliação por três pareceristas. A secretaria está observando como outros estados lidam com essas situações para adaptar boas práticas. Mencionou que datas de análise e retorno dos projetos devem ser melhor compreendidas e organizadas, e apontou a necessidade de maior clareza nas ações desejadas pelo conselho, como nos recortes de finalização de editais. Citou que o edital Multilinguagens está em aberto e que há discussões internas sobre a organização por categorias, evitando que diferentes linguagens concorram entre si. Destacou a importância de alinhar esse desenho com os desejos do Conselho. Reiterou que o modelo atual de seleção é baseado em valor global e não por faixas, pois, para adotar faixas, seria necessário contemplar no mínimo 100



propostas por faixa, o que não é viável nas condições atuais. Explicou que a execução depende da conclusão das fases anteriores, como o encerramento da etapa de selecionados para, então, tratar dos suplentes, o que inviabiliza a criação de um calendário fixo e sequenciado neste momento. **Yasmim** destacou que há um corte operacional evidente, mas também é preciso considerar os recortes culturais e de linguagem, principalmente pensando no fomento. Lembrou que foram destinados R\$ 13 milhões para 2024 e questionou o conselho sobre como esse recorte deve ser feito: se com foco em fomento, formação ou multilinguagem. Por fim, observou que a Política Nacional Aldir Blanc prevê execução em vários anos, permitindo recortes diferentes a cada etapa. Reforçou que, dada a diversidade cultural de Pernambuco e os recursos limitados, é preciso pensar em formas de garantir acesso equitativo ao recurso, respeitando a especificidade de cada linguagem e território. Explicou que a secretaria já estuda transformar as linguagens em categorias com faixas específicas, mas reforçou a necessidade de dialogar com o conselho sobre esse desenho. **Rafael Farias** solicitou que a Comissão de Editais, em conjunto com o Conselho, proponha encaminhamentos sobre o tema discutido. Ressaltou, no entanto, que já possuía uma opinião formada, embora reconhecesse que essa posição poderia não prevalecer. Destacou que, pessoalmente, entendia que não se deveria abrir novos recortes específicos para cada manifestação cultural, ainda que reconhecesse a diversidade do estado e a demanda por linguagens como o hip hop, a capoeira e outras que não têm cadeiras próprias no Conselho. Segundo ele, ampliar demais os recortes poderia gerar desorganização e dificultar a efetividade das políticas públicas, uma vez que muitas dessas expressões já estão contempladas em linguagens existentes no Conselho, como o hip hop, que pode estar presente na música, na dança ou na literatura, e a capoeira, que pode ser enquadrada em matriz africana. Afirmou que, ao tentar contemplar tudo ao mesmo tempo, corre-se o risco de não contemplar ninguém, o que fragilizaria as ações culturais, direcionando recursos para estruturas que não necessariamente atendem às reais necessidades do setor. Farias defendeu que é preciso ter cautela e equilíbrio para não cair em um “carrossel sem fim” de demandas, que impede avanços concretos. Ressaltou a importância de escutar a sociedade e construir documentos democráticos, mas com responsabilidade e critérios claros. Destacou ainda sua preocupação com as desigualdades regionais, citando como exemplo as artes visuais. Relatou que, ao propor um projeto de artes visuais no interior do estado, muitas vezes não há equipamentos adequados para abrigar exposições, diferentemente da capital, que conta com estruturas como o Cais do Sertão. Essa desigualdade, segundo ele, interfere nas avaliações dos pareceristas e penaliza quem está em regiões com menor infraestrutura. Argumentou que o papel do Estado é justamente equilibrar esse cenário, garantindo que os recursos cheguem também a essas localidades menos favorecidas. Apontou que é inadmissível que regiões como o Sertão tenham tido tão poucos projetos de gastronomia ou artes visuais contempladas, alertando que isso enfraquece linguagens já vulneráveis. Defendeu que, mesmo que as notas de corte sejam mais baixas, é necessário fomentar esses territórios para que tenham acesso real aos recursos. Encerrou com uma reflexão sobre a responsabilidade do Estado em promover uma política que alcance a todos, sem permitir que determinadas regiões ou expressões culturais permaneçam sempre à margem. **Wagner Egito** ressaltou sua preocupação com a crescente segmentação no campo da cultura, afirmando que essa



tendência tende a fragmentar o foco da política cultural de forma ampla, enfraquecendo a discussão coletiva. Em seguida, abordou a questão da avaliação dos projetos por apenas um parecerista, destacando que considera essa prática temerária e arriscada. Argumentou que a justiça nas avaliações está na pluralidade de pareceres, pois, quanto mais avaliadores, menor a margem de erro. Reforçou a necessidade de o tema ser discutido amplamente com o Conselho, de modo a buscar formas mais justas e seguras para o processo de avaliação. **Rafael Farias** manifestou opinião contrária à proposta de avaliação por apenas um parecerista, relatando experiências pessoais em que enfrentou dificuldades em processos de avaliação nos quais não conseguiu formular defesa satisfatória, devido à limitação de perspectivas. Apontou que, quando há apenas um parecerista, discordar do parecer se torna mais difícil, pois não há outra leitura com a qual dialogar. Sugeriu que, nesses casos, os apontamentos de contestação fossem avaliados por outro parecerista, e que não retornassem ao mesmo responsável pela avaliação inicial. Concluiu que o tema merece discussão aprofundada no âmbito do Conselho. **Yasmim Neves** afirmou que a discussão sobre pareceristas já havia sido anteriormente trazida ao Conselho e solicitou duas ações aos conselheiros: uma voltada ao processo das linguagens e outra à questão dos pareceristas. Destacou que, embora se responsabilize pelo próprio trabalho, não pode responder pela atuação dos avaliadores externos. Informou que a Secretaria tem adotado diversas medidas para garantir a qualidade do processo, como manuais de instrução, reuniões, treinamentos e acompanhamento constante via e-mails e mensagens. Contudo, reconheceu as limitações quanto à entrega de um trabalho 100% satisfatório por parte de alguns pareceristas. Relatou experiência recente em um congresso na Bahia, onde foi elogiada pela organização do processo em Pernambuco, reforçando que os esforços da Secult têm sido contínuos. Ressaltou que o modelo atual, de um parecerista por projeto, é uma tentativa de minimizar distorções, tendo como base experiências de outros estados. Apontou, porém, que, se o método atual não atender à sociedade, o Conselho também precisa propor alternativas. Esclareceu que, diante de falhas, adotou medidas como a abertura de processos administrativos, a não renovação de contratos e o lançamento de novos editais para substituição de pareceristas problemáticos. Finalizou reforçando que, se o modelo atual não for suficiente, o Conselho precisa colaborar na definição de novos caminhos para garantir justiça e eficiência nas avaliações. **Rafael Farias** declarou que, naquele momento, encerraria as inscrições para fala, já que o prazo previamente estipulado havia sido atingido. Informou que havia outras pautas importantes a serem tratadas e que, diante do avançado da hora, seria necessário convocar uma reunião extraordinária. Solicitou a compreensão dos conselheiros e propôs que esse novo encontro ocorresse na próxima quarta-feira. Ressaltou, ainda, que havia duas tarefas urgentes a serem tratadas, mas que deixaria para abordá-las ao final da reunião. **Willyssy Wolfgang** explicou que o documento lido na reunião foi elaborado pela comissão e passou por avaliação dos conselheiros da sociedade civil, sendo fruto da junção de diversas sugestões. Ressaltou que o documento não trata especificamente dos editais, uma vez que os membros da comissão não têm, e não podem ter, acesso a eles, para evitar favorecimento ou acesso privilegiado. Destacou que, conforme recomendações do Tribunal de Contas e da Controladoria-Geral da União, o ideal seria a utilização de pareceristas em número ímpar, o que fortalece a imparcialidade e a legitimidade das



decisões. Afirmou, contudo, que reconhece a importância de discutir o modelo de avaliação por pareceristas, pois pareceres individuais tendem a ser mais subjetivos e mais vulneráveis a recursos. Solicitou esclarecimentos a Yasmim sobre o que ela chamou de “desafio de linguagem”, para que a comissão possa considerar esse aspecto e colaborar ainda mais na construção do documento. Por fim, esclareceu que o trecho do documento que trata da separação das listas não propõe dividir os editais por linguagem, mas sim que os resultados sejam publicados organizadamente por linguagem, especialmente nos casos de editais multilinguagens. Isso facilitaria a compreensão dos resultados e ajudaria a visualizar as diferentes notas de corte, que variam entre as linguagens. **Bárbara Collier** destacou que algumas neurodivergências ainda não são reconhecidas oficialmente como deficiências (PCD) e solicitou que essa questão fosse analisada por uma equipe especializada em acessibilidade da Fundarpe ou da Secult, com maior letramento na legislação vigente. Ressaltou que, embora não possua esse conhecimento técnico, já tramita no Congresso Nacional um projeto de lei que visa equiparar pessoas neurodivergentes, como aquelas com TDAH ou dislexia, às pessoas com deficiência, assegurando-lhes direitos, acompanhamento acadêmico e tratamentos específicos. Bárbara reforçou que, apesar de ainda não haver reconhecimento pleno, há garantias legais relacionadas às deficiências cognitivas e de aprendizagem, e pediu que essa questão seja observada pela Secretaria. **Nivaldo Jorge** manifestou-se sobre a importância de haver um colegiado na análise dos projetos, em vez de um único parecerista, conforme orientação do próprio Ministério. Relatou sua experiência pessoal no edital da PNAB 2024, no qual, inicialmente, ficou na 43ª colocação e foi desclassificado por um dos três pareceristas, sob alegação de ausência de documentação comprobatória. No entanto, após entrar com recurso e apresentar provas — como medalha de honra da Fenearte, carta do ex-governador Paulo Câmara e reconhecimento da Adepe —, teve sua nota revista e subiu para a posição de 4º suplente. Ressaltou que, no modelo com três pareceristas, há mais possibilidade de justiça nas avaliações, pois há espaço para recursos e revisão de notas. Nivaldo alertou os conselheiros e conselheiras sobre a necessidade de ter consciência de que os editais são concursos públicos e que os recursos são finitos. Lembrou que, mesmo com o valor recorde de R\$ 74 milhões, o orçamento é dividido entre diversos percentuais e categorias, e que nem todos os fazedores de cultura serão contemplados. Destacou a importância da responsabilidade dos conselheiros na fiscalização de critérios como territorialidade, tempo de residência no estado e comprovação da atividade cultural. Finalizou defendendo que, se todos fossem automaticamente contemplados, não haveria necessidade de edital, bastando recorrer ao cadastro cultural. **Wagner Egito** informou que não será possível realizar as reuniões descentralizadas, pois, apesar da criação de um grupo em dezembro do ano anterior, não houve avanços devido a outras demandas e à falta de apoio da Secult. Ressaltou que essa responsabilidade não deve recair sobre os conselheiros. Sobre as eleições setoriais, destacou que o mandato atual se encerra em outubro e que o processo eleitoral precisa estar definido até agosto. Alertou para os prazos envolvidos e apontou descuido com as comissões setoriais. Reforçou que o conselho é paritário e que a gestão também deve assumir sua parte, inclusive participando da comissão eleitoral, caso todos os conselheiros se candidatem. Solicitou o registro em ata para que a responsabilidade pela não realização das eleições não seja atribuída apenas ao



Conselho. **Rafael Farias** respondeu a Wagner Egito, informando que já existe um formato definido no Mapa Cultural para a realização das eleições, e que falta apenas a definição do calendário. Esclareceu que a proposta estava pautada para a reunião atual, mas, devido à ausência de quórum, não foi possível deliberar sobre a data. Informou que irá convocar uma reunião extraordinária na semana seguinte para tratar do assunto. Em seguida, como não havia mais quórum, abriu a palavra para as considerações finais de Yasmim e, em seguida, para os informes. **Yasmim Neves** fez considerações finais sobre os custos com pareceristas, mencionando que, diante do alto número de inscrições (entre 10 e 12 mil), o valor total gasto com pareceristas chegou a cerca de um milhão e meio, considerando que cada um recebe três análises. Destacou que esse gasto elevado impacta a operacionalização da PNAB, especialmente em um contexto de recursos reduzidos, e que esse ponto já havia sido levantado anteriormente. Esclareceu a Wllyssys que a discussão sobre linguagem e segmentos se trata de pensar em formas de melhor organizar e dividir os critérios, sugerindo que a separação por faixas pode ser uma alternativa, e perguntou se os demais compartilham essa visão. Ressaltou a necessidade de saber quando o conselho enviará formalmente o documento discutido, para que a Secult possa analisar, responder com prazo e dar continuidade ao processo, permitindo avançar para os editais. Defendeu que seja definido o objeto do edital, sua categoria e fase, reconhecendo que não se trata de uma decisão imediata, mas necessária para orientar os próximos passos. Reforçou que o processo está em construção, com erros e acertos, mas com avanços importantes. Destacou que Pernambuco está entre os quatro estados com melhor desempenho na PNAB entre os 27 da federação, fruto do trabalho conjunto com o conselho e do esforço da equipe da Secretaria. Sobre as eleições setoriais, afirmou que entende a responsabilidade conjunta e que questionou novamente Amanda, pois o edital já está pronto e testado, faltando apenas a definição do calendário. Explicou que, por se tratar de um processo do CEPC, a Secult não pode assumir isoladamente a condução, sendo necessário diálogo e deliberação conjunta. Finalizou agradecendo e reforçando a importância da definição de prazos e ações concretas, lembrando que agosto está próximo e que é preciso executar com planejamento para evitar atropelos.

INFORMES: **Rafael Farias** iniciou os informes comunicando que, na próxima sexta-feira, representaria o CEPC no evento "Fortalecer Cultural", em Garanhuns, promovido pelo Ministério Público. Informou que representantes da Secretaria também estariam presentes, como Filipe e Edivaldo. Acrescentou que a programação do evento seria compartilhada no grupo dos 80, atendendo a uma solicitação feita por Wagner. Em seguida, explicou que, em alguns momentos, não tem conseguido responder com a agilidade esperada, pois está em tratamento de saúde, lidando com uma bactéria resistente. Informou que, embora esteja bem, os medicamentos são fortes e podem causar debilitação, o que impacta sua disponibilidade. Reforçou que, sempre que possível, continuará compartilhando informações com o grupo. Por fim, encerrou os informes convidando Leidson Ferraz, representante da sociedade civil, a fazer uso da palavra, conforme solicitado previamente.

Leidson Ferraz, representante da sociedade civil, apresentou seu relato pessoal, afirmando ser jornalista, historiador do teatro e doutor em artes cênicas. Esclareceu que não é "bandido" nem "ladrão" e explicou que teve um projeto aprovado na Lei Aldir Blanc em 2021, relacionado à crítica de teatro, com 236 páginas entregues. No entanto, devido



a uma situação emergencial — o agravamento da saúde de sua mãe, que teve um princípio de AVC e foi diagnosticada com Alzheimer —, afirmou ter esquecido da execução do projeto, assumindo os cuidados integrais dela por dois anos. Informou que, somente em janeiro de 2023, ao receber uma notificação extrajudicial, recordou-se do projeto e, desde então, vem tentando dialogar com a Secretaria de Cultura. Citou ter buscado contato com diversos servidores, incluindo Silvério Pessoa, Cacau de Paula, Victor Matheus, Léo Salazar, Márcia Leandro, Pires Macedo, Irene Veiga e Ana Paula Jardim. Destacou que, apesar de ter produzido o trabalho e de ter marcado um lançamento no Teatro de Santa Isabel (cancelado devido à chuva), a Secretaria o tem tratado com desconfiança, acusando-o de má-fé. Reclamou da falta de retorno e do que classificou como "maltrato institucional", o que teria contribuído para o agravamento de seu estado emocional e de saúde. Citou ainda o caso da servidora Socorro Sarmento, que teria informado sobre possíveis encaminhamentos, mas sem resoluções concretas. Criticou o fato de a Secretaria, mesmo ciente de sua situação, tê-lo enquadrado como inadimplente, sem considerar as circunstâncias. Leidson defendeu que sua situação reflete uma questão mais ampla, compartilhada por outros artistas durante o período da pandemia, e propôs que o conselho articule um movimento de anistia para casos semelhantes. Ressaltou que, ao contrário de outras categorias também beneficiadas com recursos emergenciais, os trabalhadores da cultura têm sido tratados com rigidez desproporcional. Encaminhou o apelo para que a Secretaria de Cultura e o Conselho reflitam sobre uma possível proposta institucional que contemple situações excepcionais vividas durante o período pandêmico.

Yasmim Neves esclareceu que, em nenhum momento, Leidson Ferraz foi tratado como ladrão ou acusado de má-fé pela Secretaria de Cultura. Afirmou ter lido todo o caso e garantiu que todas as pessoas envolvidas na situação, como Irene, Socorro e Ana Paula, foram orientadas a retornar o contato com ele. Disse que estava presente na sala quando Ana Paula ligou para Leidson e que ele foi atendido com prioridade, antes mesmo de pessoas que haviam enviado documentação anteriormente, dada a complexidade do caso. Relatou que, ao assumir a gestão, identificou um grande volume de pendências de prestação de contas referentes à Lei Aldir Blanc 1 e 2, totalizando mais de mil pessoas com inadimplência parcial ou total. Explicou que houve falhas também na gestão anterior, que não abriu prazo para prestação de contas em alguns editais, o que levou à notificação da Procuradoria Geral do Estado (PGE) sobre 337 processos sem finalização — número que, após análise, se revelou bem maior. Informou que, diante disso, reuniu-se com a PGE, a Fundarpe e outros órgãos para buscar soluções. Relatou que o procurador reconheceu as dificuldades enfrentadas durante a pandemia, mas reforçou que, legalmente, a Secretaria não poderia simplesmente ignorar os processos pendentes, pois o recurso é público e exige prestação de contas formal. Disse que, como gestora, responde com seu CPF pelas decisões tomadas, o que a impede de agir fora dos limites legais. Destacou que a Secretaria optou por abrir um processo de notificação, permitindo que os artistas regularizassem suas pendências, com foco especial em casos de baixo valor ou com execução comprovada. Reforçou que o caso de Leidson foi tratado com urgência, mas que não poderia abrir exceções individuais, pois isso comprometeria a gestão como um todo e criaria precedentes para outros casos similares. Reconheceu o esforço de Leidson, afirmou compreender e se sensibilizar com sua situação pessoal, mas reiterou



que, do ponto de vista da gestão pública, o projeto não foi executado conforme o previsto, o que exige a devolução dos recursos correspondentes. Finalizou sua fala afirmando que o problema enfrentado era de natureza estrutural, envolvendo diversos artistas, e destacou que a Secretaria de Cultura vinha buscando formas de minimizar os danos, sempre dentro dos limites legais e respeitando a legislação estadual. Reforçou que a pasta tem tratado continuamente da questão da prestação de contas e, como produtora cultural e artista, afirmou compreender as dificuldades do setor. Ressaltou que vinha dialogando de forma incansável com as instituições legais para explicar as especificidades da cultura, mas reconheceu que há limites institucionais que não podem ser ultrapassados, uma vez que existem órgãos superiores, como a Procuradoria Geral do Estado, cujas orientações precisam ser seguidas. Como exemplo, mencionou divergências de entendimento entre a Secretaria e outras instituições, como em reuniões descentralizadas. Enfatizou que a gestão tem buscado sensibilizar os órgãos envolvidos, mas que só é possível atuar dentro do que a legalidade permite, reconhecendo que não é viável atender a todas as demandas.

Natália Maia, representante da sociedade civil, relatou que teve um projeto indeferido no Mapa Cultural por ter sido enviado às 16h59min e 31 segundos, sob a alegação de que o prazo se encerrava às 16h59min e um segundo. Criticou a interpretação da Secult, afirmando que, conforme a praxe na administração pública, o horário limite deve incluir todo o minuto indicado. Informou que entrou com recurso administrativo e classificou a situação como absurda, lamentando a necessidade de acionar o Judiciário para algo que poderia ser resolvido administrativamente. **Rafael Farias** afirmou que já havia feito consulta à Fundarpe e que aguardava a resposta oficial, a qual encaminharia ao interessado. Reforçou que o pedido para esclarecer detalhadamente até que horário os projetos poderiam ser enviados partiu do conselho e que já havia conversado com a Secretaria de Cultura para garantir essa precisão. Finalizou informando que, assim que recebesse a resposta sobre o caso já ocorrido, a apresentaria conforme prometido, e declarou encerrada a reunião. Nada mais havendo a tratar, o presidente **Rafael Farias Almeida** agradeceu a presença de todos e todas e deu por encerrada a reunião. Eu, **Amanda Oliveira de Araújo Carneiro**, secretária, lavrei a presente ata, que, após ser considerada conforme, será assinada por mim e pelos demais conselheiros e conselheiras presentes na reunião.

Amanda Carneiro (**Secretária**)

Rafael Farias Almeida (**Presidente**)



Bárbara Pereira Collier

Nivaldo Jorge Machado

Fernando Pereira

Marcelo Alexandre Balbino dos Santos

Carlos Eduardo Sales de Melo

Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa

Fábio Alexandre Melo Ferreira da Silva

Severino Carlos Amorim

Wagner Staden de Vasconcelos Egito

Cleonice Maria dos Santos



Gilmar Correia da Silva

Adailton José da Silva

Roberto Gercino

Willyssys Wolfgang Reis Dias Araújo

Filipe Moura

Josenildo Sinésio

Rennan Mendes dos Santos

Natália Oikawa

Renan Cabral da Silva